

16 DEZ 1994 O discurso no Senado

Literariamente de bom gosto, doutrinariamente coerente, o discurso de despedida do Senado do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso é o mais completo roteiro por ele produzido até agora sobre o que pretende fazer quando assumir o governo federal a partir do dia 1º de janeiro para consolidar o programa de estabilização econômica e recolocar o Brasil no rumo do desenvolvimento econômico, social e político.

Mas, como era de se esperar, o futuro presidente da República apenas repetiu, de forma mais articulada e coordenada, num estilo próprio de um estatista, tudo aquilo que ele já vinha dizendo desde que assumiu o Ministério da Fazenda e se tornou uma espécie de primeiro-ministro do governo Itamar Franco e que propôs como programa de governo em sua campanha eleitoral.

Estão lá os compromissos de reforma do Estado brasileiro, de abertura da economia, de acelerar a privatização, de dar um melhor tratamento ao capital estrangeiro, de rever os monopólios estatais, de reestudar as relações entre União, Estados e municípios — o chamado pacto federativo —, de reformar a Previdência Social e tudo o mais que forma hoje a agenda de reformas estruturais pelas quais o Brasil precisa passar. Não faltaram nem mesmo as questões da Justiça e das reformas político-partidárias. Elegante, o presidente eleito admitiu que retoma a agenda modernizante que vem do governo Collor, tão tragicamente frustrada em função dos descompassos entre as intenções do presidente e suas ações políticas e administrativas.

A expectativa, no entanto, de que Fernando Henrique poderia aproveitar sua despedida no Senado para apresentar um roteiro cronológico das providências que irá tomar tão logo receba a faixa

JORNAL DA TARDE

O discurso no Senado

presidencial, definindo prioridades, frustrou-se. Nesse particular, o presidente eleito preferiu ser cauteloso porque tem consciência das dificuldades políticas que irá enfrentar para colocar em prática muitas das suas políticas governamentais. Se não há dúvida sobre **o que fazer**, não há ainda decisão sobre **quando fazer** e, tampouco, sobre **como será possível fazer**, o que o presidente eleito só poderá definir quase caso por caso e em função das circunstâncias políticas no momento da ação.

É esse tipo de perplexidade que levou Fernando Henrique a retomar, no final de seu discurso, a proposta de seu assessor especial no Ministério da Fazenda e futuro presidente do BNDES, Edmar Bacha, de “desconstitucionalizar” o País. “Toda a discussão de emendas constitucionais”, diz ele, “deveria ter como pano de fundo a preocupação de reconduzir a Constituição ao seu leito natural das regras gerais e permanentes. (...) Desconstitucionalizar tudo o que for possível desconstitucionalizar” — é o que propõe o presidente eleito. Ou seja, acabar com o excesso de detalhismo da Carta de 88, retirando de seu texto tudo o que pode e deve ser tratado por lei ordinária. Na situação atual, quando tudo é constitucional, desde o limite de 12% para a taxa de juros até a definição de alíquota de imposto, o governo fica totalmente engessado, impossibilitado até de fazer alterações em suas políticas específicas, a começar pela política fiscal.

“O Brasil”, diz Fernando Henrique, “precisa tanto de mudança como de continuidade. Precisa de continuidade nas mudanças. Mudanças com continuidade.”

E isso só será possível se a Constituição for enxugada para ficar apenas no “seu leito natural das regras gerais e permanentes”.